

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.297 - AL (2019/0356993-7)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**RECORRENTE** : J M DOS S (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por J M DOS S, contra acórdão proferido pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, no julgamento do HC n. 0803476-21.2019.8.02.0000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 217-A, *caput*, do Código Penal (e-STJ fl. 57).

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Argumenta a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 91-94):

[...]

*11 - Analisando os documentos colacionados ao presente writ, verifico que os requisitos necessários para fundamentar a decretação da prisão preventiva do paciente foram devidamente obedecidos.*

*12 - Objetivando evitar desnecessária tautologia, reitero as razões expostas na decisão de fls. 67/70, na qual procedi à análise da causa sub judice, conforme se aúfere do trecho abaixo colacionado, in verbis:*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*[...].Quanto à tese de que haveria ausência de fundamentação e requisitos no decreto preventivo, em análise preliminar dos autos do processo originário, observo que se encontram presentes os necessários indícios de autoria, como também a prova da materialidade. O primeiro se extrai dos testemunhos colhidos na fase inquisitorial, colacionados ao processo nas fls.*

*21/26 e 30/31 dos autos originais, já o segundo, podemos observar pelo relatório do conselho tutelar fls. 09/10 e pelo laudo do exame de corpo delito da vítima fls. 28, todas dos autos singulares.*

*Com o fito de melhor robustecer a questão, observemos trecho da denúncia de fls. 44/47 dos autos de primeiro grau:*

*[...]*

*Em observância a decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, se observa que a mesma ressaltou, por oportuno, a indispensabilidade de tal medida para garantir a ordem pública e a assegurar a aplicação da lei penal, estando nos moldes do art.312 do Código de Processo Penal. Vejamos trecho da decisão (fl.49/52 dos autos originais):*

*[...] O inquérito e a denúncia comprovam de maneira satisfatória que os indícios suficientes de autoria e materialidade em desfavor do acusado estão demonstrados, ante o depoimento das testemunhas e os relatos da própria vítima, restando cabalmente presente o fumus comissi delicti.*

*Pesa em desfavor do investigado a gravidade do delito em comento, qual seja, estupro de vulnerável, atentado contra a liberdade sexual, some-se a isso ao fato de que o crime fora praticado dentro do seio familiar.*

*O modus operandi empregado apontam a necessidade de se decretar segregação cautelar do investigado. Ora, inegável a repercussão do evento criminoso, posto que se deu em desfavor da sua própria filha.*

*Em casos como o dos autos, em que se sobressalta a forma fria e calculista de como o fato se deu, cujo modo de proceder em muito se distancia de outros comportamentos capazes de atingir o mesmo fim, é necessária a manutenção da ordem pública.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*A reprovabilidade da conduta, somada a comoção causada pelo delito em comento, podem ameaçar a ordem pública, e gerar um caos social na comunidade e familiares da vítima, incontestemente o abalo a ordem pública, sendo necessário a medida cautelar para assegurar paz no meio social, inclusive para não colocar em risco a credibilidade do judiciário, já que a sociedade espera uma resposta concreta e útil ao sentimento de justiça.*

*Portanto, com risco de afetar a ordem pública, neste momento, resta suficientemente demonstrado o periculum libertatis. [...]*

*[...] Por ser medida cautelar - sopesando as circunstâncias do crime e os bens jurídicos envolvidos na presente questão - resolvo me inclinar pela segurança jurídica e, conseqüente, pela respectiva ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, que se mostra ameaçada diante da prática delitiva do caso que poderia trazer severa lesividade. [...]* (Grifos aditados)

*Pois bem. Desta feita, não há falar em ausência de fundamentação ou requisitos que autorizem o cárcere cautelar em comento, visto que neste momento o magistrado atentou para o risco que a concessão da liberdade ao acusado pode gerar a ordem pública.*

*Do exposto, observo que os requisitos que autorizaram o decreto cautelar encontram-se presentes, não havendo alteração do contexto fático apresentado e, em sendo assim, concluo que este argumento lançado pela impetrante não procede.*

*(Grifos aditados)*

*13 - Assim, observo que a decisão da prisão preventiva no caso em debate se trata de medida idônea, mormente o cárcere cautelar encontrar-se devidamente fundamentado, ressaltando que a liberdade do acusado causaria risco à ordem pública.*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

Em arremate, esta Corte Superior de Justiça já decidiu que *"no caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade de constrição cautelar do Recorrente, tanto para a garantia ordem pública em razão da gravidade concreta da conduta imputada ao ora Recorrente, consistente em estupro de vulnerável praticado*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*contra sua enteada, de forma reiterada (...).*" (RHC 115.112/GO, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 18/10/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator